



**Fundo Verde-Amarelo**  
Secretaria Técnica do Fundo de Estímulo  
à Interação Universidade-Empresa

# Diretrizes Estratégicas para o Fundo Verde-Amarelo

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
*Ciência, Tecnologia e Inovação*



FUNDO VERDE E AMARELO

*Programa de Estímulo à  
Interação Universidade  
Empresa para apoio à Inovação*

*Documento Básico*

*PROPOSTA*

Abril, 2002

Brasília, DF

## SUMÁRIO

<b>I. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>II. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<i>O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável à Inovação.....</i>	<i>4</i>
<i>A Mobilização para Inovação.....</i>	<i>4</i>
<b>III. PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>6</b>
<i>A interação Empresa-universidade.....</i>	<i>6</i>
<b>IV. DIRETRIZES GERAIS DO FVA.....</b>	<b>7</b>
<b>V. EIXOS DE ATUAÇÃO DO FUNDO VERDE AMARELO.....</b>	<b>8</b>
<i>Fatores Sistêmicos para a Inovação.....</i>	<i>8</i>
<i>Cooperação Tecnológica para a Inovação.....</i>	<i>8</i>
<i>Empreendedorismo de Base Tecnológica e Sistemas Locais de Inovação.....</i>	<i>9</i>
<b>VI. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS.....</b>	<b>11</b>
<b>IX. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>12</b>
<b>X. SIGLAS UTILIZADAS E RESPECTIVAS URL'S.....</b>	<b>13</b>

## I. APRESENTAÇÃO

---

O Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação foi criado por meio da Lei N.º 10.168 de 29/12/2000 e tem como **principal objetivo estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica que intensifiquem a cooperação de Instituições de Ensino Superior e centros de pesquisa com o setor produtivo, contribuindo assim para acelerar o processo de inovação tecnológica no País.**

Os recursos recolhidos, conforme previstos na citada Lei, na Lei N.º 10.332 de 19/12/2001 e na Lei N.º 10.176 de 11/01/2001, serão geridos sob a denominação de *Fundo Verde Amarelo – FVA*. Do total destes recursos, trinta por cento, no mínimo, serão aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

## **II. INTRODUÇÃO**

---

O Brasil apresentou, nos últimos trinta anos, um enorme avanço na área de produção do conhecimento e na geração de inovações. Desenvolveu-se, ao longo das últimas décadas, uma base de inovação tecnológica complexa, formada sobretudo por instituições de ensino superior - IES, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas.

Entretanto, este desenvolvimento ocorreu de forma assimétrica, com maior peso para produção de novos conhecimentos no âmbito das instituições de pesquisa e IES, sem uma correspondente participação do setor produtivo. Um indicador clássico deste processo é o peso relativo dos investimentos em P&D por parte das empresas, particularmente se comparados com os países desenvolvidos e do sudeste asiático.

Impõe-se, portanto, a necessidade de mobilização da sociedade e do governo, para estimular um ambiente mais favorável ao processo inovativo, em particular ampliando a participação do setor produtivo e estreitando sua interação com o ambiente de pesquisa localizado nas universidades e institutos de pesquisa públicos.

Neste contexto, o FVA deverá cumprir papel essencial na mobilização para a inovação, procurando encontrar soluções criativas e adequadas para fazer progredir a interação entre os diversos agentes do processo inovativo e gerar um ambiente mais favorável à inovação no País seguindo as diretrizes e orientações identificadas e priorizadas pelo seu Comitê Gestor.

O FVA deverá ser um instrumento de articulação que possibilite ações conjuntas envolvendo as entidades de ensino superior, pesquisa e desenvolvimento, as empresas, os institutos tecnológicos, o CNPq e a FINEP, o MDIC, o BNDES, o SEBRAE, os sistemas compreendidos pelas confederações da classe produtora e as entidades tecnológicas e de classe, ampliando substancialmente o alcance das diversas ações já em curso, complementando-as e abrindo novas perspectivas que contribuam para o alinhamento das políticas de C,T&I com as políticas de desenvolvimento e de comércio exterior. Como parte desses esforços o FVA deverá realizar ações de forma articulada com os demais fundos setoriais e programas do Governo Federal.

### ***O Desenvolvimento de um Ambiente Favorável à Inovação***

O mundo atual se caracteriza pela introdução de transformações radicais nas formas de operação dos mercados, pela rápida obsolescência das tecnologias e pelas mudanças profundas nas organizações. Neste ambiente, alteram-se os padrões de geração, difusão e apropriação do conhecimento e das inovações, os quais refletem-se em novas formas da concorrência empresarial e no próprio papel da tecnologia sobre a organização dos mercados e das formas de produção, emprego e renda. A capacidade inovativa torna-se a variável chave para o desenvolvimento econômico e um passo importante na minimização dos problemas sociais. A competência para agregar valor na oferta de bens e serviços passa a ser um requisito fundamental de participação das nações, regiões, setores e empresas em um mercado cada vez mais exigente e globalizado.

Reconhece-se que, para alcançar tal objetivo, não basta estimular o aumento da P&D empresarial, mas trata-se de adotar medidas que estimulem uma interação eficiente de toda a cadeia de produção e utilização de conhecimento, à partir de um entendimento claro do processo de inovação utilizado pelas empresas, e da identificação das carências que esse processo apresenta.

### ***A Mobilização para Inovação***

Cabe aos governos um papel relevante no aporte de recursos, e uma contribuição significativa no que se refere à sua capacidade de coordenar e estimular as atividades de inovação e de criar mecanismos para garantir a sua sustentabilidade.

Mobilizar a sociedade e os agentes econômicos para o processo de inovação, em outras palavras, significa atuar no sentido de constituir e apoiar programas, projetos, instituições, que permitam o desenvolvimento sistemático da inovação no País. Neste contexto, a mobilização

exige a definição e interlocução da política tecnológica com as políticas industrial e macroeconômica, visando a adequação dos mecanismos de enlace entre os diversos atores e participantes das atividades de C&T&I e da definição de áreas críticas e prioritárias para o desenvolvimento tecnológico, inclusive dos sistemas de proteção à propriedade intelectual, dos serviços tecnológicos (metrologia, normalização, avaliação da conformidade, serviços de informação, assistência técnica), entre outros. Outro aspecto importante, é a percepção da diversidade e do caráter local dos processos de aprendizado e, portanto, da dimensão local da inovação.

O FVA deverá fornecer moldura adequada à consecução de políticas públicas, viabilizando instrumentos que facilitem a realização de um conjunto de atividades voltadas à agregação de valor na cadeia do conhecimento e da inovação.

### **III. PROBLEMÁTICA**

---

#### ***A interação Empresa-universidade***

Desde logo é necessário delimitar o espectro abrangido por essas entidades: como “universidade” entende-se todo o espectro de geração e desenvolvimento do conhecimento nas unidades acadêmicas, nos centros tecnológicos e institutos de pesquisa; como “empresa” entende-se todo o universo da produção de bens e serviços. Não se pode desprezar, no entanto, a geração de conhecimentos no âmbito empresarial que, captados e absorvidos de forma adequada pelos atores relevantes do sistema de inovação, alimentam tanto a pesquisa científica e tecnológica realizada nas universidades, como o processo de inovação realizado nas empresas.

A aproximação entre a universidade e a empresa é um tema recorrente na organização dos sistemas de inovação exatamente por se tratar de um ponto crítico para a promoção da inovação. Superar as barreiras que, ainda hoje, separam universidade e empresa é, de fato, o principal desafio para a constituição de um sistema de inovação capaz de sustentar o desenvolvimento econômico e social no contexto da sociedade do conhecimento. Questões culturais, organizacionais, gerenciais e de capacitação precisam ser superadas para que se possa ganhar efetividade na relação empresa-universidade no país. É importante ter em mente que se tratam de duas entidades de naturezas distintas, com missões diversas, mas que podem e devem ter interesses convergentes em momentos específicos.

Uma questão importante para orientar um fundo destinado a promover a interação empresa-universidade refere-se à heterogeneidade das instituições presentes nessa interação.

É importante ter em conta que há diferentes tipos de empresas, IES, Institutos de Pesquisa e centros tecnológicos. Empresas pequenas emergentes médias e grandes, diferem-se em diversos fatores, como no tipo de organização, nas suas necessidades, nos níveis de capacitação e na maneira de atuação em seus mercados. As empresas apresentam variações quanto a: especificidade do conhecimento exigido; horizonte temporal dos projetos, estruturas de desenvolvimento e de incorporação de tecnologia e assim por diante. O universo de atores, aqui identificados como universidades também apresentam singularidades significativas.

Há diferentes tipos de capacitação e de oferta e demanda por conhecimento nos dois conjuntos de instituições. Esta heterogeneidade exige a formatação de ações específicas, que levem em conta necessidades e capacidades diferenciadas, seja do lado das empresas seja do lado das universidades.

Deve-se destacar que a interação empresa-universidade não pode se pautar por uma perspectiva unidirecional, na qual o conhecimento sempre fluirá da universidade para a empresa. A heterogeneidade da condição empresarial e empreendedora ajuda a entender que é preciso desenvolver uma perspectiva real de interação e não meramente de transferência de conhecimento. Assim, quando se fala de relação empresa-universidade, é preciso buscar, efetivamente, a interação através da construção de uma interface eficiente, democrática, de acesso. Mais do que isso, em alguns casos, a relação empresa-universidade comporta mais atores do sistema de inovação do que seus dois principais protagonistas.

#### **IV. DIRETRIZES GERAIS DO FVA**

---

O objetivo principal do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação é estimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica que intensifiquem a cooperação de IES e centros de pesquisa com o setor produtivo, direcionando o processo de inovação tecnológica no País.

O Fundo deve ter um papel de estímulo, complementação e ampliação do alcance das iniciativas e das diretrizes consideradas prioritárias pelo Governo Federal em conjunto com os segmentos da sociedade envolvidos na interação empresa-universidade. Nesse sentido, ele pode conferir flexibilidade às políticas do Governo e ampliar, com base em políticas financeiras e instrumentos institucionais adequados, as interfaces do MCT com os demais Ministérios, com o setor privado e mesmo com os Governos Estaduais. Ainda assim não pode ser instrumentalizado como mero mecanismo de financiamento de políticas e programas de apoio à inovação, os quais requerem recursos muito superiores ao mobilizado pelo FVA. Neste sentido, as ações a serem apoiadas pelo Fundo Verde-Amarelo devem ser concebidas como instrumentos para forjar parcerias, multiplicar recursos e catalisar sinergias entre atores públicos e privados que integram o sistema nacional de inovação. Para o êxito do Programa de Estímulo à Interação Universidade Empresa para apoio à Inovação, os recursos do FVA devem ser aplicados observadas as seguintes diretrizes:

- ?? Incentivar o comprometimento das empresas e instituições de pesquisa com o processo de inovação;
- ?? Estimular a cooperação entre centros de pesquisa, instituições de ensino superior e empresas no desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, processos e serviços, bem como na realização de melhorias incrementais;
- ?? Contribuir para a criação de um ambiente favorável à capacitação para inovação tecnológica, visando aumento de competitividade do setor produtivo brasileiro;
- ?? Contribuir para a consolidação da infra-estrutura de tecnologia industrial básica;
- ?? Induzir parcerias entre instituições públicas ou privadas que mantenham programas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, buscando a complementaridade de programas afins, a otimização da utilização dos instrumentos disponíveis e a agilização na execução dos projetos cooperativos com empresas;
- ?? Apoiar o desenvolvimento de sistemas de informação em C,T&I;
- ?? Garantir o caráter estratégico da gestão dos recursos e sua aplicação em consonância com as políticas tecnológica e de desenvolvimento nacionais, através de permanente acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas;
- ?? Valorizar, no processo de seleção de propostas a serem apoiadas, aspectos como valor agregado pelo aumento do conteúdo tecnológico, competitividade internacional e retorno econômico e social sobre o investimento.



## **V. EIXOS DE ATUAÇÃO DO FUNDO VERDE AMARELO**

---

Com vistas a assegurar a organicidade das diversas atividades a cargo do FVA estabeleceu-se a agregação das ações em três eixos temáticos. Cabe ressaltar que estes eixos apresentam interfaces importantes e englobam ações complementares, podendo ser resumidamente expressas conforme se segue:

?? Fatores Sistêmicos para a Inovação;

?? Cooperação Tecnológica para a Inovação;

?? Empreendedorismo, Apoio a Empresas de Base Tecnológica e Sistemas Locais de Inovação;

Os programas e projetos contemplados nesses eixos devem ser classificados quanto à sua vinculação com o setor produtivo em setoriais ou horizontais. Caberá ao comitê gestor fixar, na elaboração do Plano Anual de Investimento, as proporções de recursos a serem aplicadas em cada tipo de projeto. Entre os programas e projetos setoriais, deverão ser priorizados aqueles setores ou cadeias produtivas que não dispõem de Fundo de C&T específico.

### ***Fatores Sistêmicos para a Inovação***

O objetivo deste eixo é o de contribuir para a criação de condições favoráveis à inovação, por meio da capacitação em áreas críticas para a organização de sistemas de inovação no país, visando a ampliação da competitividade da empresa brasileira, assim como da capacidade de inserção das instituições de pesquisa no cenário da inovação.

#### **Linhas de Ação**

1. Capacitação de Recursos Humanos para a Inovação: formação e mobilização de pesquisadores e sua fixação nas empresas, maior mobilidade de pesquisadores entre Universidade e Empresa e apoio a programas de educação continuada por parte das empresas, com vistas à inovação tecnológica;
2. Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias de Gestão e Comercialização: apoio à consolidação de novos modelos de gestão e desenvolvimento do comércio eletrônico;
3. Estímulo à Propriedade Intelectual, em particular ao licenciamento de patentes e sua comercialização; apoio à instalação de serviços de suporte à propriedade intelectual, capacitação em propriedade intelectual nos meios empresariais e acadêmicos;
4. Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos para Inovação e Competitividade: apoio à capacitação em tecnologia industrial básica (metrologia, normalização e regulamentação técnica e avaliação da conformidade, que compreendem as chamadas barreiras técnicas ao comércio, propriedade intelectual e informação tecnológica) e serviços tecnológicos (prototipagem rápida, design e outros);
5. Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação: organizar e tornar disponíveis informações tecnológicas de impacto para os sistemas de inovação (informações patentárias, indicadores nacionais e internacionais de CT&I, identificação e localização de capacitação em CT&I e outros);
6. Estudos: apoio à obtenção de subsídios à política de C, T&I e à organização de sistemas de inovação e seus componentes, análises prospectivas e avaliação;
7. Eventos: apoio à eventos relacionados aos temas que integram o escopo do Fundo Verde-Amarelo.

### ***Cooperação Tecnológica para a Inovação***

Espera-se que as empresas sejam beneficiadas pela base de pesquisa instalada no País e, como contrapartida, ampliem seus fluxos de recursos financeiros para P&D; e que as universidades também se enriqueçam com a experiência e também ampliem os recursos alocados para responder, diretamente, aos desafios da inovação.

O objetivo deste eixo é, assim, estimular essa cooperação e ampliar os ganhos de economias de escala e de escopo nas atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Este eixo compreende mecanismos de organização e mobilização dos diferentes agentes em favor do processo inovativo. Sua atuação se concentra na disponibilização de instrumentos que visam facilitar as atividades conjuntas entre instituições de pesquisa e empresas. O principal mecanismo de promoção neste eixo é o estímulo aos projetos cooperativos voltados para a inovação, e concebidos por meio da interação entre o setor produtivo e as instituições de P&D.

O que aqui se chama de pesquisa cooperativa caracteriza-se pela realização de programas ou projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e de engenharia não rotineira, objetivando a inovação tecnológica em termos de produto, sistema ou processo e seus componentes. Trata-se de promover a articulação entre os agentes dos sistemas de inovação.

A pesquisa cooperativa e a formação de redes vêm se tornando instrumentos importantes de desenvolvimento científico e tecnológico e da organização da inovação. As características, que têm motivado sua crescente utilização, são: (i) aprendizagem compartilhada; (ii) custo relativo reduzido (economias de escala de P&D); (iii) efeitos de sinergia (economias de escopo); (iv) maior potencial relativo de difusão; (v) acessibilidade (mesmo para as pequenas e médias empresas); (vi) grande capacidade de integração universidade/comunidade tecnológica/empresa; (vii) potencial de aumentar investimentos privados em pesquisa. Além disso, este eixo contribuirá para estabelecer um melhor equilíbrio entre investimentos privados e públicos em atividades de C,T&I.

### **Linhas de Ação**

- 1) Projetos Mobilizadores Pré-Competitivos (articulação entre empresas ou conjunto de empresas e instituições de ensino superior e de pesquisa, a partir de demandas empresariais de P&D);
- 2) Projetos Cooperativos visando à inovação em empresas, cadeias produtivas ou setores estratégicos para a competitividade empresarial ou relevantes para o desenvolvimento nacional;
- 3) Pesquisa cooperativa em rede com o setor produtivo visando o avanço do conhecimento científico aplicado e o desenvolvimento tecnológico, envolve a formação de redes de pesquisa para o avanço do conhecimento em áreas nas quais hajam evidentes ganhos de economias de escala de pesquisa;
- 4) Promoção da inovação tecnológica nas micro, pequenas e médias empresas, visando aumentar a competitividade empresarial por meio do desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, e estimulando a disseminação da cultura exportadora entre essas empresas;
- 5) Organização de cooperação internacional em Pesquisa e Inovação.

### ***Empreendedorismo, Apoio a Empresas de Base Tecnológica e Sistemas Locais de Inovação***

Em consonância com outros esforços institucionais realizados pelo Governo Federal, este eixo tem como enfoque principal contribuir para a consolidação de uma cultura empreendedora no País. Além disso, esse bloco prevê ação sistêmica junto a arranjos inovativos locais, otimizando as sinergias de diferentes atores locais, tais como empresas, escolas técnicas, associações empresariais, organizações não governamentais e prefeituras, estimulando o empreendedorismo e a inserção em novos mercados.

Um dos mecanismos que viabilizam a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços é a incubação de empresas, na qual é imprescindível a participação ativa da comunidade que realiza pesquisas e atividades tecnológicas, nas universidades e em outras instituições de cunho tecnológico. Em um contexto onde o conhecimento, a eficiência e a rapidez no processo de inovação passam a ser reconhecidamente os elementos decisivos para a competitividade das economias, o processo de incubação é crucial para que a inovação se concretize em tempo hábil para suprir as demandas do mercado.

As ações desse bloco envolvem: apoio ao surgimento de empresas com diferenciais advindos de inovações tecnológicas; o fortalecimento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas; apoio as micro e pequenas empresas exportadoras; apoio ao surgimento e à consolidação de incubadoras de empresas e de Parques Tecnológicos e; o apoio ao fortalecimento de arranjos ou aglomerados produtivos locais.

Para que estes objetivos possam ser alcançados, os instrumentos de apoio a inovação apresentados nas ações compõem um portfólio que deverá proporcionar um ambiente de cooperação mútua entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento, o setor produtivo, e outros agentes do Sistema de Inovação, resultando no desenvolvimento e na transferência de tecnologia. Este ambiente pode ainda ser dinamizado quando se apresenta a idéia de trabalho de um conjunto de empresas em arranjos produtivos locais. O tratamento que pode ser dado a estes arranjos é variável pois considera diferentes graus de desenvolvimento. Para cada um destes arranjos podem ser disponibilizadas ferramentas que vão de estudos prospectivos sobre as características e necessidades tecnológicas deste aglomerado (onde participam representantes do governo, da iniciativa privada e instituições de pesquisa), passando por projetos cooperativos (instituições de pesquisa e empresas) para o desenvolvimento de tecnologias de uso comum, até o auxílio ao estudo de viabilidade e de desenvolvimento de parques tecnológicos.

### **Linhas de Ação**

- 1) Apoio a iniciativas de disseminação de uma cultura empreendedora no País, incluindo a capacitação das IES brasileiras para apoiar diretamente o processo de inovação;
- 2) Estímulo ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica, incubadoras e parques tecnológicos, por meio de incubadoras de empresas, parques tecnológicos, fomento ao desenvolvimento do mercado de capital de risco e do incentivo ao investimento privado em empresas de tecnologia. Envolve, ainda, a realização de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, desenvolvimento de protótipos e de planos de negócios e apoio a transferência de conhecimento para as MPEs;
- 3) Apoio a organização e consolidação de Arranjos Produtivos Locais (Pólos Industriais ou Tecnológicos, “clusters” ou Sistemas Locais de Inovação) e Cadeias Produtivas Regionais: envolve a utilização do desenvolvimento tecnológico como instrumento para realização de estudos e planos de desenvolvimento de aglomerados produtivos existentes no país; realização de plataformas tecnológicas e projetos cooperativos; criação de articulação institucional entre os atores envolvidos nos aglomerados; estímulo à integração entre as empresas com instituições de pesquisa e de serviços tecnológicos; capacitação tecnológica do empresariado e mão-de-obra especializada; ações voltadas para aumento da produtividade e ganhos de economias de escopo e escala nos aglomerados produtivos apoiados

## **VI. Resultados e Impactos Esperados**

---

- ?? Aumento da capacitação tecnológica e da competitividade das empresas brasileiras, com o conseqüente adensamento tecnológico e agregação de valor aos seus processos de produção de bens e serviços.
- ?? Ampliação da cooperação entre os setores público e privado e consolidação de um ambiente de estímulo à inovação nas Instituições de Ensino Superior, institutos tecnológicos e empresas;
- ?? Fortalecimento dos mecanismos de gestão, infra-estrutura e serviços tecnológicos, nas instituições de pesquisa e ensino superior, visando o atendimento das demandas das empresas brasileiras;
- ?? Aumento do número de laboratórios credenciados para a realização de serviços de calibração e ensaio;
- ?? Aumento e capacitação dos sistemas, serviços e pessoal, ligados à certificação voluntária e compulsória no Brasil;
- ?? Fortalecimento da capacidade da empresa brasileira de superar obstáculos técnicos ao comércio exterior;
- ?? Fortalecimento da capacidade de inteligência e gestão tecnológica por parte do setor privado, aperfeiçoando a identificação de suas demandas por desenvolvimento de produtos, processos e serviços tecnológicos, que possam ser supridas pelo setor acadêmico e centros de P&D nacionais;
- ?? Disseminação de novas tecnologias que ampliem o acesso da população a bens e serviços com alto conteúdo tecnológico;
- ?? Aumento dos investimentos privados em P&D;
- ?? Criação de ambiente favorável ao surgimento de novos instrumentos de suporte às empresas de base tecnológica;
- ?? Agregação de tecnologia aos produtos, processos e serviços das MPE's e apoio ao surgimento de novos negócios, por meio do empreendedorismo e do apoio às empresas de base tecnológica;
- ?? Fortalecimento e organização dos sistemas locais de inovação, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais;
- ?? Fortalecimento das inter-relações e aumento da cooperação entre os diferentes agentes do Sistema de Inovação, bem como da cooperação internacional em CT&I.

## VII. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

---

A estrutura organizacional do FVA ,em princípio, deverá conter:

1) Um Comitê Gestor, com a seguinte composição:

- ~~/~~um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, que o presidirá;
- ~~/~~um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- ~~/~~um representante da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP;
- ~~/~~um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- ~~/~~um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq;
- ~~/~~um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- ~~/~~dois representantes do setor industrial;
- ~~/~~dois representantes da comunidade científica.

2) Uma Secretaria Técnica, subordinada ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para Ciência, Tecnologia e Inovação.

3) As duas agências executoras do MCT, CNPq e FINEP, implementarão as ações do FVA seguindo as orientações e diretrizes do Comitê Gestor, de acordo com seus mecanismos operacionais já amplamente utilizados e, eventualmente, desenvolvendo novos mecanismos e instrumentos de acordo com as novas demandas.

## VIII. Siglas Utilizadas e Respectivas URL's

---

- ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - <http://www.abipti.org.br>
- BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - <http://www.bndes.gov.br/>
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - <http://www.capes.gov.br/>
- CDT– Componente de Desenvolvimento Tecnológico - <http://www.cnpq.br/areas/padct/contato.htm>
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para Ciência, Tecnologia e Inovação - <http://www.cgее.org.br>
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - <http://www.cnpq.br/>
- EVTE – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica
- FAPESP – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - <http://www.fapesp.br/>
- FINEP– Financiadora de Estudos e Projetos - <Http://www.finep.gov.br>
- FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - [http://www.mct.gov.br/legis/decretos/719\\_69.htm](http://www.mct.gov.br/legis/decretos/719_69.htm)
- FVA – Fundo Verde-Amarelo - <http://www.mct.gov.br/Temas/Fundos/fundos2.htm>
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia- <http://www.ibict.br/>
- IEL – Instituto Euvaldo Lodi - <http://www.iel.org.br>
- IES – Instituições de Ensino Superior
- INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - <http://www.inmetro.gov.br/>
- INOVAR – Rede de Prospeção e Desenvolvimento de Negócios - <Http://www.finep.gov.br>
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - <http://www.inpi.gov.br/>
- INT – Instituto Nacional de Tecnologia- <http://www.int.gov.br/>
- IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas - <http://www.ipt.br/>
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia - <http://www.mct.gov.br>
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - <http://www.mdic.gov.br/>
- MPE – Micro e Pequenas Empresas
- OS – Organização Social
- P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
- PACTI – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria - <http://www.mct.gov.br/prog/pacti/Default.htm>
- PATME- Programa de Apoio Tecnológico à Micro e Pequena Empresas - <http://www.df.sebrae.com.br/preview/creator2/webs/sebrae/consultoria/contecnologica/patme/default.cfm>
- PBQP– Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - <http://www.pbqp.gov.br/>
- PI – Propriedade Intelectual
- PNI – Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas - <http://www.mct.gov.br/prog/empresa/pni/intro.htm>
- PROGEX – Programa de Apoio Tecnológico à Exportação -

RECOPE- Redes Cooperativas de Pesquisa - <http://www.coppe.ufrj.br/recope>

RHAE – Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológica - <http://www.mct.gov.br/prog/rhae>

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - <http://www.sebrae.com.br/>

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - <http://www.senai.br/>

SOFTEX – Sociedade Brasileira para Promoção e Exportação de Software - <http://www.softex.br/>

TIB – Tecnologia Industrial Básica - <http://www.mct.gov.br/Temas/Desenv/Default.htm>

UNIREDE – Universidade Virtual Pública do Brasil - <http://www.unirede.br/>